

**A violência sexual infanto-juvenil sob a ótica dos informantes-chave**

**Children sexual violence in the key informants view**

**La violencia sexual contra jóvenes en la vista de los informantes-chave**

Helena Hemiko Iwamoto<sup>I</sup>, Renata Cobo de Oliveira<sup>II</sup>, Fernanda Carolina Camargo<sup>III</sup>,  
Laurení Conceição Tavares<sup>IV</sup>, Lorena Peres de Oliveira<sup>V</sup>

<sup>I</sup> Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Professor Adjunto, Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Uberaba, MG, Brasil. E-mail: [helena.iwamoto@gmail.com](mailto:helena.iwamoto@gmail.com).

<sup>II</sup> Enfermeira. Mestranda em Atenção a Saúde, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado em Atenção à Saúde (PPGAS), UFTM. Uberaba, MG, Brasil. E-mail: [renatacobo@hotmail.com](mailto:renatacobo@hotmail.com).

<sup>III</sup> Enfermeira. Mestranda em Atenção a Saúde, PPGAS, UFTM. Uberaba, MG, Brasil. E-mail: [fernandaccamarqo@yahoo.com.br](mailto:fernandaccamarqo@yahoo.com.br).

<sup>IV</sup> Enfermeira. Mestranda em Atenção a Saúde, PPGAS, UFTM. Uberaba, MG, Brasil. E-mail: [laurenitavares@gmail.com](mailto:laurenitavares@gmail.com).

<sup>V</sup> Enfermeira. Mestranda em Atenção a Saúde, PPGAS, UFTM. Uberaba, MG, Brasil. E-mail: [lorenaenfer@gmail.com](mailto:lorenaenfer@gmail.com).

**RESUMO**

A violência sexual infanto-juvenil apresenta-se como problema de saúde pública por se tratar de um fenômeno complexo e de difícil enfrentamento. Para caracterizar os casos de abuso e exploração sexual infanto-juvenil na região do Triângulo Mineiro/Minas Gerais, realizou-se este estudo de natureza descritiva, transversal e exploratória, por meio de entrevistas com os informantes-chave, no período de julho de 2008 a dezembro de 2009. Dos 26 municípios investigados, houve relato de ocorrência de abuso e exploração sexual infanto-juvenil em 21 municípios (80,8%). A maioria das vítimas é do sexo feminino (83,2%), chegando a quase 90% em algumas microrregiões. As vítimas mais frequentes foram as crianças e os adolescentes, da faixa etária entre 13 e 17 anos de idade (51,0%). O seio familiar é o *locus* mais comum destes casos de violência (68,6%). Os resultados apontam que o abuso e exploração sexual infanto-juvenil é uma realidade preocupante na região pesquisada indicando a urgência em se buscar estratégias que possam dar maior visibilidade ao fenômeno e traçar mecanismos para sua prevenção, em uma ação conjunta entre profissionais de diversas áreas de atuação, mormente os da saúde, em razão de se tratar de um complexo problema de saúde pública.

**Descritores:** Abuso sexual da criança; Violência sexual; Assistência integral à saúde da criança e do adolescente.

**ABSTRACT**

The Sexual Violence of children and youth is a Public Health problem due to its complexity and difficult approach. To identify the cases of children sexual violence in South Triangle (Minas Gerais, Brazil) this descriptive, transversal nature and exploratory study was carried out through interviews with key-informants between July of 2008 and December of 2009. From the 26 municipalities investigated, the occurrence of sexual abuse and exploitation of children and youth was reported in 21 municipalities (80.8%). The majority of victims were women (83.2%), reaching almost 90% in some regions. The most frequent victims were children and adolescents aged between 13 and 17 years old (51.0%). The family is the most common locus of these cases occurrence of violence (68.6%). These results indicate the urgent need to find strategies that can give greater visibility to the phenomenon of children sexual violence to trace their revention mechanisms, in a joint action between professionals of different areas of expertise, especially those of health, as it is a complex public health problem.

**Descriptors:** Child sexual, Abuse; Sexual abuse; Integral health assistance to children and youth.

**RESUMEN**

La violencia sexual infantil y juvenil se ha presentado como un problema de salud pública, por tratarse de un fenómeno complejo y de difícil enfrentamiento. Para identificar los casos de abusos y explotación sexual cometidos contra los niños y los jóvenes en el Triángulo Mineiro, (Minas Gerais, Brasil) se ha realizado este estudio de naturaleza descriptiva, transversal y exploratoria, a través de entrevistas con informantes-claves entre julio de 2008 y diciembre de 2009. De los 26 municipios investigados, han sido identificados relatos de violencia y explotación sexual infantil y juvenil en 21 municipios (80.8 %). La mayoría de las víctimas son mujeres (83.2%), llegando a casi 90 % en algunas regiones. Las víctimas más frecuentes son niños, niñas y adolescentes entre 13 y 17 años de edad (51.0 %). El seno familiar es el sitio más común de estos casos de violencia (68.6 %). Los resultados indican la necesidad urgente de buscarse estrategias que puedan dar mayor visibilidad al fenómeno de la violencia sexual contra niños y jóvenes a demás de buscar mecanismos de prevención, en una acción conjunta entre los profesionales de diferentes áreas de especialización, especialmente los de la salud, por tratarse de un complejo problema de salud pública.

**Descriptor:** Abuso sexual infantil; Violencia sexual; Asistencia sanitaria a niños y adolescentes.

## INTRODUÇÃO

A violência, desde sua esfera doméstica até os grandes conflitos armados, é tema recorrente na vida diária de todo e qualquer indivíduo, sendo largamente enfocada nos meios de comunicação do mundo inteiro. É conhecido o fato de que a violência, contra crianças – desde a mais tenra idade – e adolescentes, ocorre em todas as partes do mundo, em todas as culturas e extratos sociais e em todas as épocas da história da humanidade. Em razão das crianças serem desprovidas de defesa e permanecerem por longo tempo na dependência de outrem, são vítimas constantes dos diversos tipos de violência, impetrados, na grande maioria das vezes, por pessoas de convívio muito próximo, justamente, responsáveis em cuidar-lhes e garantir-lhes segurança e desenvolvimento saudável<sup>(1-3)</sup>.

Já o abuso sexual infanto-juvenil é considerado pela Organização Mundial da Saúde como um dos maiores problemas de saúde pública. É um fenômeno complexo e de difícil enfrentamento, e está inserido num contexto histórico-social de violência endêmica e com profundas raízes culturais<sup>(4)</sup>.

O "Guidelines for medical-legal care for victims of sexual violence", de 2003, destaca alguns estudos realizados em diferentes partes do mundo, no qual se estima que, em algumas localidades, 7% a 36% das meninas e 3% a 29% dos meninos tenham sofrido algum tipo de violência sexual<sup>(4)</sup>. A Organização Mundial de Saúde<sup>(4)</sup> define a violência sexual como: "Qualquer ato sexual ou tal tentativa não desejada, ou atos para traficar a sexualidade de uma pessoa utilizando coerção, ameaças ou força física, praticados por qualquer pessoa, independentemente de suas relações com a vítima, em qualquer cenário, incluindo, mas não limitado ao lar ou trabalho".

A violência sexual infanto-juvenil pode estar presente em todas as classes sociais, faixas etárias e gêneros, onde a criança ou o adolescente é induzido, através do poder exercido por seu abusador, a realizar uma atividade sexual não adequada para sua idade, o que viola os preceitos da instituição familiar<sup>(5-6)</sup>. Apesar da gravidade, este problema não tem a visibilidade que merece, dentre outros fatores, em função da exposição que a vítima pode vir a sofrer.

A Constituição Brasileira de 1988, o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) registraram de forma marcante a importância da participação da sociedade para proteção da criança e do adolescente contra qualquer forma de abuso sexual e a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 estabeleceu penalidades, não somente para os que praticam o ato, mas também, para aqueles que sabem e omitem qualquer informação<sup>(7)</sup>.

Na década de 90, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), houve a conscientização e mobilização de importantes setores da sociedade civil, do executivo, legislativo e judiciário, da mídia e de organismos internacionais para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Neste sentido, interessante frisar que na metade dos anos 90 havia articulação entre secretarias de saúde municipais e organizações da sociedade civil com o objetivo de criar estratégias e serviços de prevenção e de assistência às consequências da violência<sup>(8)</sup>.

Em julho de 2000 foi publicado o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (PNEVSIJ), como instrumento de defesa e garantia de

direitos da criança e do adolescente, que apontava para a criação, fortalecimento e implementação de um conjunto articulado de ações e metas fundamentais para assegurar a proteção integral da criança e do adolescente em situação ou risco de violência sexual<sup>(9)</sup>. Uma das metas apontadas pela PNEVSIJ/2000<sup>(9)</sup> foi a análise da situação pela realização de pesquisas que identifiquem causas e fatores de vulnerabilidade para ocorrência de violência sexual contra crianças e adolescentes, fato que destaca a importância desse estudo.

Em Minas Gerais, a portaria nº 1.968 de 2001, tornou obrigatória, mormente entre os profissionais de saúde, a notificação dos casos de abusos e maus tratos contra crianças e adolescentes às autoridades competentes<sup>(10)</sup>. Entretanto, por mais que nos últimos anos tenha tido um aumento de notificações, sabe-se que a maioria dos casos não é denunciada, o que dificulta conhecer a real amplitude do fenômeno.

A produção do conhecimento sobre o tema é fundamental para que se possam identificar as consequências biopsicossociais da violência contra a criança e o adolescente, que são desastrosas não só a este grupo populacional, mas à sociedade como um todo. Esta questão nos remete a outra questão crucial, que "não seria despropositado propor que crianças e adolescentes criados em lares violentos estejam mais propensos a trilhar caminhos violentos extradomiciliares no curso de suas vidas"<sup>(11)</sup>.

No Brasil, há fragilidades na definição da dimensão sobre o fenômeno da violência, não sendo possível conhecer, com exatidão, os casos de abuso contra criança e adolescentes<sup>(3)</sup>. Neste contexto, existe carência em território nacional sobre estatísticas oficiais a respeito de casos notificados de violência doméstica contra este segmento populacional e quanto a estudos sistemáticos sobre a sua incidência e prevalência<sup>(12)</sup>. Outro aspecto abordado diz respeito ao fato de se enfatizar algumas modalidades de violência, como a física e a sexual e desconsiderar ou mesmo ocultar outros tipos, como a violência psicológica e a negligência.

Por estas razões o presente estudo teve como objetivo caracterizar as situações de abuso e exploração sexual infanto-juvenil na região do Triângulo Mineiro-MG, por meio de informantes-chave.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, transversal e exploratório por amostragem de conveniência, realizado em 26 municípios com menos de 100.000 habitantes e jurisdicionadas à Gerência Regional de Saúde de Uberaba, Minas Gerais. A população foi constituída por informantes-chaves, representadas neste estudo como aquelas pessoas que pelo tempo de residência na área, posição que ocupa e pelas suas relações sociais dentro da comunidade tenham "bom julgamento" sobre as questões relacionadas ao abuso e exploração sexual infanto-juvenil. Este método difere dos *surveys* clássicos cuja amostragem é constituída de forma aleatória e requer um número estatisticamente representativo<sup>(13)</sup>.

A identificação dos informantes-chave foi realizada durante as reuniões nos 26 municípios com os profissionais do Conselho Tutelar, defesa e responsabilização, educação e saúde. Adotou-se como critério de inclusão ter idade superior a 18 anos e estar desenvolvendo atividades junto à

criança e ao adolescente, durante seis meses, no mínimo. Os informantes-chave, participantes por microrregião mineira, foram 139 em Araxá, 16 em Frutal, 35 em Iturama e 70 em Uberaba.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas realizadas entre 1º de julho de 2008 a 31 de dezembro de 2009. As entrevistas foram realizadas nos locais de trabalho dos informantes-chave: escolas, estabelecimentos de saúde, delegacias de polícia e conselhos tutelares, em uma sala apropriada garantindo o sigilo e a privacidade, e após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Utilizou-se para coleta de dados o questionário adotado pelo Programa de Ações Intersetoriais e Referenciais para o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil em todo o território brasileiro<sup>(14)</sup>. Este questionário contém perguntas básicas sobre a questão da violência sexual infanto-juvenil, sendo aplicado com questões específicas para cada área de atuação dos entrevistados (defesa e responsabilização, educação, saúde e conselho tutelar).

Todas as informações obtidas foram armazenadas em um banco de dados, por meio do programa *EpiInfo*, versão 6.4 (Center for Disease Control and Prevention, Atlanta, Estados Unidos). Adotou-se para fins de inclusão dos municípios o sistema de hierarquização dos municípios por nível de gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que classifica os municípios em Pequeno Porte (PI) aqueles com 20 mil habitantes e um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para cada 2.500 famílias, Pequeno Porte (PII) com 20.001 a 50 mil habitantes e um CRAS para 3.500 famílias, Médio Porte (M) com 50.001 a 100 mil habitantes e dois CRAS para cada 10 mil a 25 mil famílias.

Desta forma, agrupamos os municípios em quatro microrregiões: **Araxá** – Araxá, Campos Altos, Ibiá, Pedrinópolis, Perdizes, Santa Juliana e Tapira; **Frutal** – Comendador Gomes, Fronteira, Itapagipe, Frutal, Pirajuba e Planura; **Iturama** – Carneirinhos, Iturama, São Francisco de Sales e União de Minas e **Uberaba** – Água Comprida,

Campo Florido, Conquista, Conceição das Alagoas, Delta, Veríssimo e Sacramento. Vale ressaltar a exclusão do município de Uberaba pelo fato deste município ser de grande porte e com mais de 250.000 habitantes.

Por se tratar de uma pesquisa exploratória com vistas a tornar a questão do abuso e exploração sexual infanto-juvenil mais explícito entre os profissionais, ressalta-se que não houve nenhuma solicitação, por parte dos pesquisadores, para que os informantes-chaves identificassem as vítimas nominalmente. Solicitou-se apenas que respondessem ao questionário como forma de contribuição. Isto significa que em termos de resultados numéricos, pode ser que uma mesma vítima tenha sido citada e/ou computada mais de uma vez. Esta pesquisa foi desenvolvida de modo a garantir o cumprimento dos preceitos da Resolução 196/96 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), sob o Protocolo 997 de 20 de setembro de 2007.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Caracterizando o abuso e exploração sexual infanto-juvenil

Com o objetivo de caracterizar as situações de abuso e exploração sexual infanto-juvenil na região do Triângulo Mineiro, participaram desta pesquisa 260 informantes-chave. A maior participação ocorreu na microrregião de Araxá (53,5%) e a menor, na microrregião de Frutal (6,2%). Os informantes-chave que participaram desta pesquisa tinham, predominantemente, o campo da saúde como área de atuação profissional (51,2%) e profissionais da defesa e responsabilização, constituída pelos profissionais do corpo de bombeiros, vara da infância e juventude, polícia militar, promotoria pública, representaram o menor percentual de adesão (10,0%) (Tabela 1).

**Tabela 1:** Distribuição dos informantes-chave sobre a questão da violência sexual infanto-juvenil no Triângulo Mineiro, segundo as áreas de atuação. Minas Gerais, 2009.

Microrregião	Áreas de atuação dos informantes-chave				
	Conselho Tutelar	Defesa e responsabilização	Educação	Saúde	Total
	N (%)	N (%)	N (%)	N (%)	N (%)
Araxá	29 (47,5)	15 (57,7)	25 (62,5)	70 (52,6)	139 (53,5)
Frutal	2 (3,3)	0	1 (2,5)	13 (9,8)	16 (6,2)
Iturama	11 (18,0)	8 (30,8)	9 (22,5)	7 (5,3)	35 (13,5)
Uberaba	19 (31,1)	3 (11,5)	5 (12,5)	43 (32,3)	70 (26,9)
<b>Total</b>	<b>61 (23,5)</b>	<b>26 (10,0)</b>	<b>40 (15,4)</b>	<b>133(51,2)</b>	<b>260 (100)</b>

A violência sexual infanto-juvenil é um dos tipos mais complexos de violência, por ocasionar danos físicos, psíquicos, morais e que, geralmente, estão relacionados com o poder de dominação, coação, desigualdade de força e gênero e às vezes, pode estar associada às questões de vulnerabilidade social<sup>(15)</sup>. Entretanto, no Brasil e em outros países, existem vários fatores que dificultam a detecção dos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes e a subnotificação se justifica, na maioria dos casos, pelo não cumprimento da notificação compulsória – embora obrigatória –, além do descrédito no sistema de direitos e responsabilização, falta de denúncia e até mesmo, por cumplicidade voluntária ou não, prevalecendo o silêncio, o

que proporciona o desconhecimento a respeito deste atentado contra a infância e juventude<sup>(15-16)</sup>.

Há que se destacar que somente a partir da década de 90, o fenômeno da violência sexual infanto-juvenil começou a ganhar visibilidade no mundo das políticas públicas brasileiras, ao ser incluído na agenda da sociedade civil como uma questão de luta nacional e internacional pelos direitos humanos da criança e do adolescente. Estes direitos foram promulgados pela Constituição Federal Brasileira, no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e na Convenção Internacional dos Direitos da Criança<sup>(7)</sup>.

Vale lembrar que a violência sexual impenetrada contra crianças e adolescentes podem ocorrer sob a forma de exploração ou abuso sexual. A exploração sexual pode estar

vinculada ou não, a uma rede de exploração de prostituição infantil, turismo sexual infanto-juvenil, pornografia infantil e tráfico para fins sexuais, onde a criança ou o adolescente "presta" serviços sexuais para pessoas conhecidas ou não. Esta forma de violência caracteriza-se pela existência de uma relação econômica ou troca de favores, no qual o "uso sexual da criança ou do adolescente" envolve algum tipo de benefício ou ganho<sup>(4,12)</sup>.

A violência sexual é dividida em subcategorias: doméstica, intra-familiar e extra-familiar. A violência doméstica ocorre na esfera privada, sendo interessante destacar que o agressor não é, necessariamente, um familiar, mas uma pessoa que conviva na mesma casa<sup>(17)</sup>.

O abuso intra-familiar se caracteriza pelo cometimento no meio familiar, entre adulto e criança ou adolescente ou entre adolescente e criança. Neste caso, o agressor é uma pessoa a quem a criança conhece, ama ou confia ou ainda, alguém que exerce alguma forma de poder sobre ela, seja hierárquica, financeira ou afetivamente (pai, mãe, padrasto, avós, tios, primos, irmãos). Estudos demonstram que, normalmente, quando há maus tratos e abusos contra algum dos membros, é quase certo que todos os demais sofram agressões, ainda que com diferenciações hierárquicas<sup>(8,16)</sup>.

Já o extra-familiar ocorre fora do espaço familiar e o abusador é uma pessoa a quem a criança conhece pouco, mas tem certa confiança, configurando-se como vizinhos, amigos da família, educadores, responsáveis por atividades de lazer, profissionais da área da saúde, líderes religiosos<sup>(17)</sup>. Eventualmente, o abusador pode ser uma pessoa desconhecida. Nestes casos o abuso sexual ocorre em locais públicos<sup>(15)</sup>.

O abuso sexual envolve o ato ou o jogo sexual que ocorre nas relações hetero ou homossexual. Há o objetivo do abusador em estimular a vítima ou utilizá-la para obter excitação sexual e práticas eróticas, pornográficas e sexuais. Neste caso, para atingir seu objetivo, o abusador recorrerá ao aliciamento, à violência física ou ameaças, seja isoladamente ou em conjunto<sup>(8)</sup>.

Outra característica do abuso sexual, é que pode ocorrer sob a forma de exibicionismo e neste caso, a criança ou o adolescente presencia nudez, relações sexuais, masturbação ou é coagida a praticar carícias inapropriadas, como a manipulação do corpo do abusador, proporcionando-lhe prazer. Na *violação/relação sexual*, o abusador pratica sexo oral, vaginal ou anal com a criança. Já o incesto é caracterizado pela relação sexual entre pessoas interligadas pelo fator sanguíneo. O voyeurismo é a obtenção do prazer sexual pelo abusador através da observação de atos/órgãos sexuais de terceiros, a *pornografia* configura-se por gravação, exposição de crianças e adolescentes em vídeos ou fotos e a prostituição infantil é a troca de favores sexuais por bens materiais ou sociais<sup>(1,6,15)</sup>.

Os informantes-chave considerados nesta pesquisa relataram a ocorrência de 529 casos de abuso e exploração sexual infanto-juvenil nos últimos dois anos. O maior número de ocorrências foi delatado na microrregião de Araxá, com 40,3%. Praticamente em todas as Microrregiões, prevaleceu o relato de ocorrência de abuso sexual, variando de 75,5% na microrregião de Iturama para 57,2% na microrregião de Frutal. É interessante destacar o elevado percentual de ocorrência de exploração sexual nesta última (38,5%), quando o esperado se daria por maiores valores na microrregião de Araxá (23,9%), por ser uma área de intenso turismo (Tabela 2).

**Tabela 2:** Distribuição da ocorrência de abuso, exploração, pornografia e turismo sexual infanto-juvenil, de acordo com as microrregiões do Triângulo Mineiro. Minas Gerais, 2009.

Microrregião	Abuso sexual		Exploração sexual	Pornografia infantil	Turismo Sexual	Total
	Intrafamiliar	Extrafamiliar				
	N(%)	N(%)	N(%)	N(%)	N(%)	N(%)
Araxá	79 (37,1)	69 (32,4)	51 (23,9)	12 (5,6)	2 (0,9)	213 (40,3)
Frutal	31 (34,1)	21 (23,1)	35 (38,5)	1 (1,1)	3 (3,2)	91 (17,2)
Iturama	53 (50,0)	27 (25,5)	19 (18,0)	7 (6,5)	0	106 (20,0)
Uberaba	51 (42,9)	32 (26,9)	33 (27,7)	3 (2,5)	0	119 (22,5)
<b>Total</b>	<b>214 (40,4)</b>	<b>140 (28,2)</b>	<b>138 (26,1)</b>	<b>23 (4,4)</b>	<b>5 (0,9)</b>	<b>529 (100)</b>

Dados levantados pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Exploração e Prostituição Infanto-Juvenil e outros estudos realizados em diversas regiões brasileiras estimam que, aproximadamente, 50% dos casos de estupro incestuoso ocorrem dentro de casa e é cometido por familiares muito próximos, como pai, mãe, tios. Estes dados são extremamente alarmantes na medida em que indicam uma forte e assustadora cultura do silêncio diante de tais barbaridades, bem como da falta iniciativa em denunciá-las às autoridades competentes<sup>(6,9)</sup>.

Dos 340 casos notificados no Conselho Tutelar e no Programa Sentinela sobre a ocorrência de violência sexual infanto-juvenil, em Itajaí (SC), no período de 1999 a 2003, 84,4% das vítimas foram do sexo feminino, sendo que o maior percentual tinha idades entre sete e 17 anos e 43% das agressões aconteceram no ambiente doméstico<sup>(9)</sup>.

Em um estudo realizado por Cunha<sup>(16)</sup> em um município com, aproximadamente, 300.000 habitantes, localizada na região do Triângulo Mineiro, foi registrado, oficialmente, 55

casos de abuso e exploração sexual infanto-juvenil. Este estudo evidenciou que 83% das vítimas eram do sexo feminino e 54% dos casos ocorreram no seio intra-familiar.

A literatura aponta que o abuso sexual contra crianças e adolescentes, no ambiente doméstico, é uma das formas de abuso mais frequentes e o menos denunciado, por razões como: tabu sexual, sentimento de culpa, vergonha, favorecendo o isolamento social, o medo de represálias e conseqüentemente, a continuidade do abuso<sup>(18)</sup>.

Da mesma forma estudos indicam que as principais vítimas são meninas e os agressores são o pai, o padrasto ou ainda, pessoas conhecidas ou do relacionamento familiar com a vítima. Essa forma de abuso costuma ter como conseqüência a gravidez precoce de adolescentes e abortos clandestinos, além do abandono do lar tanto por meninas quanto por meninos, o que favorece que um número maior de crianças e adolescentes tornem-se meninos de rua. Outro impacto importante recai sobre a saúde das vítimas, tanto do ponto de vista físico quanto mental<sup>(8)</sup>.

A violência contra a criança e o adolescente perpassa por toda a história da humanidade. Ao se tratar do fenômeno da violência sexual infanto-juvenil, este fenômeno representa uma realidade complexa constituída por aspectos históricos culturais, sociais e econômicos que precisam ser descritos e compreendidos em sua trama. O reconhecimento desses aspectos é necessário para a construção de intervenções mais pertinentes e efetivas frente a um quadro que permanece presente em todos os estratos sociais<sup>(18)</sup>. Portanto, há evidências apontando para a necessidade de enfrentamento imediato dos casos de violência contra a criança e o adolescente, o que torna fundamental unir o conhecimento a respeito desta realidade e efetivas propostas de ação.

### **Onde ocorre e quem são as vítimas do abuso e exploração sexual infanto-juvenil** □

Dos 26 municípios investigados, houve relato da ocorrência de abuso e exploração sexual infanto-juvenil em 21 deles (80,8%). O maior percentual de vítimas ocorreu em crianças e adolescentes do sexo feminino (83,2%). Este número pode chegar a 90% nas Microrregiões de Araxá e Uberaba. Já nas microrregiões de Frutal e Iturama, as proporções continuam semelhantes, em que a cada 10 crianças e adolescentes, oito eram do sexo feminino (Tabela 3).

Na microrregião de Araxá, os maiores percentuais de abuso e exploração sexual infanto-juvenil localizavam-se nos municípios de Araxá (39,9%) e Perdizes (24,4%), que são distantes em 35 km. Na microrregião de Iturama, os maiores percentuais de abuso e exploração sexual infanto-juvenil aconteceram nos municípios de São Francisco Sales (56,6%) e, na microrregião de Uberaba, o maior percentual foi no município de Sacramento (46,2%). O maior percentual entre os municípios pesquisados ocorreu em Itapagipe, pertencente à Microrregião de Frutal, com 61,5% (Tabela 3).

Em relação à faixa etária, praticamente, em todas as microrregiões os maiores percentuais de vítimas do abuso e exploração sexual infanto-juvenil concentravam-se na faixa etária de 13 a 17 anos: Araxá (50,7%), Frutal (48,4%) e Iturama (69,8%). No entanto, observou-se que na microrregião de Uberaba o maior percentual correspondeu à faixa etária de sete a 12 anos. Outro dado alarmante foram os casos de abuso sexual em crianças com menos de seis anos, sendo que o maior percentual foi relatado na microrregião de Uberaba (19,3%). Entretanto, esta ocorrência foi relatada em todas as demais microrregiões: Araxá (14,1%), Frutal (13,2%) e Iturama (12,3%) (Tabela 3).

Por mais que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) estabeleça o número de Centros de Referências de Atendimento Social (CRAS) de acordo com o contingente populacional, observou-se que a questão do abuso e exploração sexual infanto-juvenil vem ocorrendo tanto em municípios de médio porte com maior número de CRAS para o atendimento, como nos municípios de Araxá e Frutal, quanto em municípios menores (PI), como Itapagipe, Perdizes e São Francisco de Sales onde os índices de abuso e exploração sexual foram relativamente grandes (Tabela 3).

**Tabela 3:** Distribuição do perfil das vítimas de violência sexual infanto-juvenil, segundo municípios, sexo e faixa etária. Minas Gerais, 2009.

Porte dos Municípios	Vítimas de abuso e exploração sexual infanto-juvenil						Solucionados
	Casos relatados	Sexo		Faixa etária (anos)			
		N (%)	M N (%)	F N (%)	0- 6 N (%)	7- 12 N (%)	
<b>Microrregião de Araxá</b>							
Araxá (M)	85 (39,9)	3 (3,5)	82 (96,5)	8 (9,4)	36 (42,4)	41 (48,2)	35 (41,2)
Campos Altos (PI)	16 (7,5)	6 (37,5)	10 (62,5)	3 (18,8)	3 (18,8)	10 (62,5)	0
Ibia (PII)	36 (16,9)	6 (16,7)	30 (83,3)	6 (16,7)	11 (30,6)	20 (55,6)	0
Pedrinópolis (PI)	3 (1,4)	1 (33,3)	2 (66,7)	1 (33,3)	2 (66,7)	0	0
Perdizes (PI)	52 (24,4)	7 (13,5)	45 (86,5)	7 (13,5)	15 (28,8)	30 (57,7)	0
Pratinha (PI)	11 (5,2)	1 (9,1)	10 (90,9)	0	6 (54,5)	5 (45,5)	0
Santa Juliana (PI)	10 (4,7)	0	10 (100)	5 (50,0)	3 (30,0)	2 (20,0)	0
Tapira (PI)	0	0	0	0	0	0	0
<b>Subtotal</b>	<b>213 (100)</b>	<b>24 (11,3)</b>	<b>189 (88,7)</b>	<b>30 (14,1)</b>	<b>76 (35,7)</b>	<b>108 (50,7)</b>	<b>35 (16,4)</b>
<b>Microrregião de Frutal</b>							
Comendador (PI)	0	0	0	0	0	0	0
Fronteira (PI)	0	0	0	0	0	0	0
Frutal (M)	35 (38,5)	10 (28,6)	25 (71,4)	8 (22,9)	12 (34,3)	15 (42,9)	0
Itapagipe (PI)	56 (61,5)	0	56 (100,0)	4 (7,1)	22 (39,3)	29 (51,8)	18 (32,1)
Pirajuba (PI)	0	0	0	0	0	0	0
Planura (PI)	0	0	0	0	0	0	0
<b>Subtotal</b>	<b>91 (100)</b>	<b>10 (11,0)</b>	<b>81 (89,0)</b>	<b>12 (13,2)</b>	<b>34 (37,4)</b>	<b>44 (48,4)</b>	<b>18 (19,8)</b>
<b>Microrregião de Iturama</b>							
Iturama (PII)	3 (2,8)	0	3 (100,0)	2 (66,7)	1 (33,3)	0	0
Carneirinho (PI)	25 (23,6)	9 (36,0)	16 (64,0)	7 (28,0)	9 (36,0)	9 (36,0)	0
Limeira (PI)	18 (17,0)	4 (22,2)	14 (77,8)	0	6 (33,3)	12 (66,7)	0
São Francisco (PI)	60 (56,6)	12 (20,0)	48 (80,0)	4 (6,7)	3 (5,0)	53 (88,3)	0
U de Minas (PI)	0	0	0	0	0	0	0
<b>Subtotal</b>	<b>106 (100)</b>	<b>25 (23,6)</b>	<b>81 (76,4)</b>	<b>13 (12,3)</b>	<b>19 (17,9)</b>	<b>74 (69,8)</b>	<b>0</b>
<b>Microrregião de Uberaba</b>							
Veríssimo (PI)	21 (17,6)	5 (23,8)	16 (76,2)	2 (9,5)	9 (42,9)	10 (47,6)	0
A Comprida (PI)	6 (5,0)	2 (33,3)	4 (66,7)	4 (66,7)	1 (16,7)	1 (16,7)	0
Conceição (PII)	9 (7,6)	1 (11,1)	5 (88,9)	2 (22,2)	5 (55,6)	2 (22,2)	0
Conquista (PI)	11 (9,2)	3 (27,3)	8 (90)	1 (9,1)	6 (54,5)	4 (36,4)	0
C Florido (PI)	12 (2,3)	5 (41,7)	7 (58,3)	2 (16,7)	6 (50,0)	4 (33,3)	0
Sacramento (PII)	55 (46,2)	11 (20,0)	44 (80,0)	12 (21,8)	23 (41,8)	20 (36,4)	0
Delta (PI)	5 (4,2)	0	5 (5,6)	0	2 (40,0)	3 (60,0)	0
<b>Subtotal</b>	<b>119 (100)</b>	<b>27 (22,7)</b>	<b>92 (77,3)</b>	<b>23 (19,3)</b>	<b>52 (43,7)</b>	<b>44 (37,0)</b>	<b>0</b>
<b>Total Geral</b>	<b>529 (100)</b>	<b>86 (16,3)</b>	<b>440 (83,2)</b>	<b>78 (14,7)</b>	<b>181 (34,2)</b>	<b>270 (51,0)</b>	<b>53 (10,0)</b>

Ao se analisar os casos notificados de violência sexual infanto-juvenil, no período de 1995 a 2000 no Centro de Referência da Criança e do Adolescente e no Conselho Tutelar da cidade de Ribeirão Preto(SP), foram identificados 226 casos de abuso intrafamiliar, vítimas do sexo feminino (89,8%) e idades entre 12 e 18 anos incompletos<sup>(19)</sup>.

Quanto à prevalência da violência sexual entre os sexos, o levantamento realizado em 2000, com 1.223 adolescentes em 52 escolas estaduais da cidade de Porto Alegre (RS), constataram que o sexo feminino tem uma razão de prevalência 1,2 maior para a violência sexual em relação ao sexo masculino. Já a faixa etária de 15 a 16 anos apresentava uma razão de prevalência de exposição à violência sexual 3,1 vezes maior que as demais faixas etárias<sup>(20)</sup>.

Os resultados sobre a ocorrência de abuso e exploração sexual infanto-juvenil na região do Triângulo Mineiro, por meio dos informantes-chave, permitem afirmar que os dados além de serem alarmantes, não estão localizados numa região específica e sim que este fenômeno está ocorrendo em muitas localidades brasileiras, o que tem sido alvo de preocupação de vários pesquisadores.

#### Os casos de abuso sexual infanto-juvenil estão sendo solucionados□

Em que situações é correto afirmar que um caso de abuso e exploração sexual infanto-juvenil foi solucionado? Estudos<sup>(1,11,16)</sup> indicam que esta forma de abuso deixa marcas profundas, irreparáveis e eternas. Consideramos neste estudo como casos solucionados aquelas situações em que os informantes-chave declararam que as vítimas já tiveram alta dos serviços de acompanhamento e estavam extintas as razões para busca dos agressores ou então aquelas situações em que os casos tinham sido arquivados pelos órgãos públicos por falta de provas contra o agressor.

Entretanto, os dados relatados pelos informantes-chave neste estudo, em termos de solução para o fenômeno do abuso sexual contra crianças e adolescentes é desolador. Somente 53 (10%) dos casos tiveram alguma forma de solução. O maior percentual de soluções foi dado nas microrregiões de Frutal (19,8%) e Araxá (16,4%). Nas microrregiões de Iturama e Uberaba, as informantes-chave relataram que nada foi feito em relação aos agressores e as vítimas acabaram caindo no esquecimento da população e dos órgãos destinados à defesa dos seus direitos de integridade física e psicológica (Tabela 3).

Esse tipo de abuso acompanha as características dos demais, pois atinge todas as idades, classes sociais, etnias, religiões, culturas e limitações individuais<sup>(2)</sup>. Como já foi discutido, o ambiente familiar é extremamente favorável a todo tipo de violência, especialmente a sexual, por envolver relações de confiança entre a vítima e o abusador, o que favorece que esta violência seja, normalmente, repetitiva e insidiosa. Quanto ao aspecto emocional, há multiplicidade de sintomas, que variam de acordo com algumas variáveis inerentes à vítima: idade, condições psicológicas, grau de parentesco com o abusador, frequência e repetição do abuso<sup>(8)</sup>. Aponta-se, ainda, que estas vítimas ficam mais propensas à dificuldade de aprendizagem, distúrbios de comportamento, comportamentos autodestrutivos, isolamento social, atitudes erotizadas precoces, baixa auto-estima.

Na pesquisa realizada no Triângulo Mineiro, pode-se afirmar que lançar mão dos informantes-chave para a detecção do fenômeno foi uma estratégia bastante positiva, porque trouxe para o rol da discussão, diferentes atores sociais e a compreensão de que precisamos buscar formas alternativas para defender a criança e o adolescente contra a violência sexual infanto-juvenil.

Além disso, os resultados deste estudo apontam que o problema da violência sexual infanto-juvenil é um problema coletivo, de saúde pública, e que embora existam leis que possam punir os agressores, a sociedade pouco tem contribuído para o seu combate. Nós somente poderemos ser cidadãos, na medida em que conseguirmos disseminar para a população, de um modo geral, que a violência sexual infanto-juvenil é uma enorme agressão aos direitos da criança e do adolescente e fere frontalmente os princípios éticos para uma vida saudável.

Portanto, a política de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil é unânime em afirmar que o caminho é o aumento das denúncias, desta forma, espera-se que todo cidadão brasileiro, ao tomar conhecimento de qualquer situação de prática de violência contra crianças e adolescentes, notifique o Conselho Tutelar. Esta é uma das formas que poderemos dar visibilidade a este fenômeno tão pernicioso à criança vítima de abuso e exploração sexual e à sociedade como um todo<sup>(16)</sup>.

## CONCLUSÃO

Os resultados desta pesquisa indicam que a questão do abuso e exploração sexual infanto-juvenil ocorre de forma preocupante no Triângulo Mineiro (MG). A maioria das vítimas é do sexo feminino (83,2%) e com maior frequência em crianças e adolescentes cuja faixa etária concentra entre 13 a 17 anos de idade (51,0%), ocorrendo, geralmente, no seio familiar (68,6%).

Estes resultados encaminham-nos para uma responsabilidade maior ainda, que é a de buscar estratégias que possam dar maior visibilidade ao fenômeno da violência sexual infanto-juvenil e traçar mecanismos de prevenção do fenômeno, a fim de proteger crianças e adolescentes que de alguma forma, são vulneráveis ao problema. Outra responsabilidade é despertar nos profissionais, das mais diversas áreas de atuação, o desenvolvimento de uma ação conjunta de enfrentamento ao problema, que podem ser por meio de ações educativas, discussão permanente acerca do assunto e participação ativa frente aos casos de abuso e exploração sexual contra este contingente populacional.

## REFERÊNCIAS

1. Faria AL, Araújo CAA, Baptista VH. Assistência à vítima de violência sexual: a experiência da Universidade de Taubaté. Rev. Eletr. Enf. [Internet]. 2008 [cited 2010 nov 04];10(4):1138-43. Available from: <http://www.fen.ufg.br/revista/v10/n4/v10n4a26.htm>
2. Baptista RS, França ISX, Costa CMP, Brito VRS. Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinela. Acta Paul Enferm 2008;21(4):602-8.
3. Martins CBG. Violência contra menores de 15 anos no município de Londrina, Paraná: análise epidemiológica de suas notificações. Tese de doutorado – Faculdade de Saúde Pública (FSP). 2008. p. 1.
4. World Health Organization (WHO). Guidelines for medical-legal care for victims of sexual violence. Geneva, 2003.
5. Ministério da Educação. Programa de Prevenção de abuso sexual sobre menores. Ministério da Educação de Portugal. Portugal: Ministério da Educação. [cited 2009 out 24] Available from: <http://www.drec.min-edu.pt/abuso>
6. Machado HB, Lueneber CF, Régis EI, Nunes MPP. Abuso Sexual: Diagnóstico De Casos Notificados No Município De Itajaí/Sc, no Período De 1999 A 2003, Como Instrumento Para A Intervenção Com Famílias Que Vivenciam Situações De Violência. Texto Contexto Enferm. UFSC. 2005; 14(Esp.):54-63.
7. Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.
8. Minayo MCS. Um fenômeno de causalidade complexa. In: Violência e saúde. Coleção Temas em Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 55, 88-89.
9. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Ministério da Justiça. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes. Brasília (Brasil): Ministério da Justiça, 2002. 56p.
10. Portaria Nº 1968 de 25 de outubro de 2001. Dispõe sobre a comunicação, às autoridades competentes, de casos de suspeita ou de confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes atendidos nas entidades do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União (Brasília). 2001.
11. Reichenheim ME. Considerações sobre o texto "Situação de crianças e adolescentes brasileiros em relação à saúde mental e à violência". Ciênc. saúde coletiva. 2009;14(2):365-69.
12. Ramos D, Amaral F, Spinola F, Lobo G, Silva H, Costa I et al. Violência Contra a Criança e o Adolescente: Uma abordagem histórica e clínica. Gaz. méd. Bahia. 2007;77 Supl 1: S98 –102.
13. Piovesan MF, Padrão MVV, Dumont MU, Gondim GM, Flores O, Pedrosa JI, Lima LFM. Vigilância Sanitária: uma proposta de análise dos contextos locais. Rev. bras. epidemiol. 2005;8(1):83-95
14. Universidade Federal de Minas Gerais [Internet]. Campo Grande: Universidade Federal de Minas Gerais (BR) [cited 2010 dec 28]. Escola de Conselhos. Available from: <http://www.escoladeconselhos.ufms.br/>.
15. Ribeiro MO, Dias AF. Prostituição Infanto-Juvenil: Revisão Sistemática da Literatura. Rev. Esc. Enf. USP. 2009;43(2):465-71.

16. Cunha EP, Silva EM, Giovanetti MAC. Enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil: expansão do PAIR em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG. 2008.
17. Viodres Inoue SR, Ristum M. Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. Estudos de Psicologia. Campinas. 2008;25(1):11-21
18. Ude W. Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil e construção de redes sociais – produção de indicadores e possibilidades de intervenção. In: Cunha EP, Silva EM, Giovanetti MAGC. Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil: expansão do PAIR em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG; 2008. p.30-60.
19. Ribeiro MA, Ferriani MGC, Reis JN. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. Cad. Saúde Pública. 2004;20(2):456-64.
20. Polanczyk GV, Zavaschi ML, Benetti S, Zenker R, Gammerman PW. Violência sexual e sua prevalência em adolescentes de Porto Alegre, Brasil. Rev Saúde Pública 2003;37(1):8-14.

Artigo recebido em 25.01.2010

Aprovado para publicação em 17.11.2010

Artigo publicado em 31.12.2010